

INTERAÇÕES MEDICAMENTOSAS EM PRESCRIÇÕES DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS

Flávia Maria Derhun¹
Giovana Aparecida de Souza Scolari²
Vivian Carla de Castro³
Vanessa Denardi Antoniassi Baldiserra⁴
Lígia Carreira⁵

Introdução: O envelhecimento populacional acelerado, decorrente do desenvolvimento das ciências, da queda da taxa de fecundidade e do aumento da expectativa de vida, apresenta inúmeros desafios econômicos e sociais. Este é um assunto que merece atenção em nosso país, dado que o número de idosos (pessoas com idade ≥ 60 anos) aumentou nos últimos 50 anos de três para mais de 21 milhões e há estimativas que para o ano de 2050 representem um quinto do contingente populacional¹. Paralelo à transição demográfica, vêm ocorrendo mudanças no panorama epidemiológico, com predominância das doenças crônico-degenerativas que atingem, sobretudo, a população idosa e podem, eventualmente, comprometer a capacidade funcional desses indivíduos o que repercute na vida do indivíduo, da família e da sociedade. Em consequência da atual rotina imposta pelo mundo capitalista, especialmente pela inclusão feminina no mercado de trabalho, das mudanças da nupcialidade e dos novos arranjos familiares se reduz possibilidade de envelhecer em um ambiente familiar e leva ao aumento da procura por Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs)². Estes serviços configuram-se como entidades sociais que abrigam indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos, independente do suporte familiar e que visam a garantia do direito, privacidade, dignidade e respeito à liberdade dessa população². Os residentes em ILPIs, por apresentarem maior carga de doenças limitantes e pré-disposição à fragilidade e à baixa funcionalidade, configuram-se como grandes consumidores de medicamentos². Estudos têm demonstrado no padrão de consumo de medicamentos por idosos a constante presença de polifarmácia, ou seja, o uso concomitante de cinco ou mais medicamentos^{3,4}, o que seguramente contribui para a ocorrência de interações medicamentosas e constitui importante indicador da qualidade da prescrição⁵. O presente estudo se justifica porque, as práticas seguras no uso de medicamentos configuram-se como uma das seis medidas adotadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária à promoção da segurança do paciente e diante da possibilidade de prevenção dos erros de medicação e do risco de dano em função da sua ocorrência, torna-se relevante identificar a natureza destes como forma de dirigir ações para a prevenção⁵. **Objetivo:** Identificar interações medicamentosas na farmacoterapia prescrita para idosos residentes em uma ILPI. **Metodologia:** Estudo descritivo de abordagem quantitativa realizado em uma ILPI do município do estado do Paraná. A ILPI foi fundada em 1984, é de caráter filantrópico, sendo mantida por doações da comunidade, trabalhos voluntários e com aposentadoria dos idosos residentes. Os dados foram obtidos dos registros de prescrições médicas dos idosos atendidos na referida ILPI no mês de maio de 2013. A partir das

¹Enfermeira. Doutoranda em Enfermagem do Programa de Pós-graduação em Enfermagem da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: flviaderhun@hotmail.com

²Enfermeira. Doutoranda em Enfermagem do Programa de Pós-graduação em Enfermagem da Universidade Estadual de Maringá.

³Enfermeira. Doutoranda em Enfermagem do Programa de Pós-graduação em Enfermagem da Universidade Estadual de Maringá

⁴Enfermeira. Doutora. Professora da Graduação de Pós Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual de Maringá.

⁵Enfermeira. Doutora. Professora da Graduação de Pós Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual de Maringá.

prescrições dos 88 idosos, obteve-se um total de 630 medicamentos prescritos. Optou-se por excluir da análise os medicamentos fitoterápicos e os princípios ativos como vitaminas e sais minerais. Foi utilizada a base de dados informatizada, do Micromedex®, onde foram consideradas as interações fármaco-fármaco contidas em uma mesma prescrição. As interações medicamentosas foram classificadas quanto à gravidade (menor ou não significativa, moderada ou significativa e maior ou muito significativa) e as principais foram descritas quanto às reações adversas potenciais. Todos os aspectos éticos e legais foram cumpridos e o Projeto desta Pesquisa foi aprovado pelo Comitê Permanente de Ética em Pesquisas Envolvendo seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá, sob parecer nº. 131/2008. **Resultados:** Foram analisadas as prescrições de 88 idosos e constatadas interações medicamentosas em 77,2% (n=68) destas. Observou-se prevalência de polifarmácia na prescrição de 93,2% dos idosos e o uso de em média 7,15 medicamentos/idoso. Dentre as prescrições que continham interações, a média foi de 3,5 interações/prescrição. Dos idosos que não faziam uso de polifarmácia (n=6) obteve-se que 66,6% não apresentavam interações medicamentosas nas prescrições, enquanto que nas prescrições com polifarmácia (n=82) apenas 2,4% não apresentavam interações medicamentosas. Ao todo, foram identificadas 239 interações medicamentosas e estas foram classificadas quanto à gravidade e obteve-se que 4,61% (n=11) das interações foram consideradas não significantes, 40,5% (97) significantes e 54,8% muito significantes. As principais interações graves encontradas foram entre Citalopram e Omeprazol (9,1%), Clorpromazina e Haloperidol (5,7%), Haloperidol e Risperidona (5,4%) que tem como efeito adverso potencial o prolongamento do intervalo QT. Já as principais interações moderadas foram entre Carbamazepina e Omeprazol (5,7%) que apresenta como potencial efeito adverso a toxicidade por Carbamazepina, entre Digoxina e Omeprazol (4,5%) com possível efeito de toxicidade por Digoxina e entre Carbonato de Cálcio e Captopril (4,5%) com efeito adverso potencial de hipercalcemia. **Conclusão:** Observou-se a polifarmácia e de interações medicamentosas na prescrição da maioria dos idosos. Embora, o uso de polifarmácia que se vincula à ocorrência de interações medicamentosas seja de difícil modificação, faz-se necessário aos profissionais que atuam junto aos idosos, rever os esquemas terapêuticos que estão sendo realizados, a fim de elaborar estratégias para que reduza ao mínimo risco de dano desnecessário associado ao cuidado de saúde. Assim, sugere-se a implementação de capacitações profissionais na área de gerontogeriatría que busquem englobar temas relacionados ao uso adequado de medicamentos. **Implicações para a Enfermagem:** Este estudo contribui na ampliação do conhecimento sobre o perfil do uso de medicamentos entre idosos institucionalizados e traz a necessidade de garantir a segurança nas prescrições dos idosos, o que constitui um compromisso das instituições e dos profissionais, e inclui a Enfermagem que atua diretamente no cuidado ao idoso institucionalizado.

Descritores: Idoso, Saúde do Idoso Institucionalizado; Instituição de Longa Permanência Para Idosos; Sistemas de Medicação.

Eixo temático: O Cuidado de Enfermagem e as diferentes maneiras de envelhecer.

REFERÊNCIAS

1. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil). Censo Populacional: Resultados gerais da amostra. Brasília (DF); 2010.

2. GAUTERIO DP, et al. Caracterização dos idosos usuários de medicação residentes em instituição de longa permanência. Rev. esc. enferm. USP. 2012 Dec; 46(6):1394-1399.
3. SECOLI SR. Polifarmácia: interações e reações adversas no uso de medicamentos por idosos. Rev. bras. enferm. 2010; 63(1):136-140.
4. SANTOS TRA, et al. Consumo de medicamentos por idosos, Goiânia, Brasil. Rev. Saúde Pública. 2013; 47(1):94-103.
5. Ministério da Saúde (Brasil). Portaria n. 1.377, de 9 de julho de 2013. Aprova os protocolos de segurança do paciente. Brasília (DF); 2013. [Anexo 03: Protocolo de segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos].